

O SR. CONTE LOPES - PP - Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, hoje pela manhã estivemos no Canil da Polícia Militar.

É um local que frequentamos desde criança. Hoje foi o aniversário do canil. Nós tivemos a oportunidade de participar do aniversário. Eu queria cumprimentar todos os componentes do Canil da Polícia Militar pelo trabalho que executam.

Em seguida passamos em Santana, onde tivemos uma reunião, um almoço com os amigos, os veteranos da Rota. Policiais da minha época, policiais como o Coronel Bezerra, Gonçalves, Carchedi, Paes de Lira, o Esquerda, que foi o meu motorista, e vários outros policiais, major Luis Carlos, homens que lutaram bravamente contra a criminalidade, chegando alguns até a lutarem no Vale do Ribeira, na época do Carlos Lamarca, quando aconteceu a morte do capitão Mendes Junior. Então são homens que, no dia a dia, combateram o crime.

Até, ouvindo algumas conversas do Paes de Lira e outros, me parece que a Globo, com o Caco Barcellos e outros, vão fazer uma novela sobre o livro do Caco, Rota 66, que é um monte de mentira.

Onde eles me deram um capítulo, o “Deputado Matador”. Eu escrevi outro, “Matar ou Morrer”, em resposta a ele. Todas as ocorrências que eu participei estão lá: os bandidos que morreram em tiroeteo comigo e as pessoas que eu salvei.

Porque, para o Caco Barcellos, e alguns, eu posso ser matador. Para aqueles que eu salvei, eu fui o deputado salvador. Família da Thabata e outros sequestrros que eu salvei a pessoa, para aquelas famílias lá, eu fui salvador, não fui matador.

Agora, infelizmente, é aquilo: os policiais de bem vão ser atacados por uma mídia que não tem o que fazer, que protege bandido, que defende bandido, infelizmente. Bandidos que estão aterrorizando a população. Bandidos que estão enquadrando pais de família, donas de casa, com armas na mão, em todas as ruas e esquinas.

E o policial, coitado, com uma máquina fotográfica, uma câmera no peito para gravar tudo o que ele faz. Essa é a realidade. E, quando há um erro, uma dúvida, ele já vai para a cadeia, que o promotor já manda, o juiz já manda, a corregedoria também.

O cara vai parar na cadeia. Essa é a vida do policial. E quando é absolvido, nobre deputada Adriana Borgo, que está lutando pelo PL 6, que é um projeto que eu provei nesta Casa, em 1989, na Constituição de São Paulo.

Está lá o policial civil ou o militar. Quando ele é absolvido por um ato que ele praticou, no exercício da sua função, ele é absolvido, e ele foi mandado embora, ele retorna para a Polícia, porque é lógico, foi erro do estado. Agora não. O que o estado fala, ou a própria Polícia, a secretaria? “Não, ele foi absolvido por falta de provas”.

Ora, deputada Janaina Paschoal, que é grande professora de Direito, quer dizer, eu sou obrigado a provar... Se não provarem que eu cometi um crime, então eu só fui absolvido porque não tem prova contra mim, então, nem existiu o crime. Não, mas aí eu tinha que provar... Eu não consigo entender, mas aí é muito fácil, deputada Adriana Borgo, colocar isso.

Foi absolvido por falta de provas. Como falta de provas? Não conseguiram provar que ele é criminoso, ele é obrigado a provar que ele é criminoso. Não conseguiram provar, ele é absolvido pela ocorrência que participou, que ele salvou gente que ele participou de entrevero, e aí, ele não pode voltar porque não houve provas contra ele.

Só isso acontece, infelizmente, na Polícia de São Paulo. Até, põe aí para nós, Machado, um exemplo, só um exemplo, do que os bandidos estão fazendo com a população, que na minha época dos veteranos da Rota, não faziam. Olha lá...
\* \* \*

- É exibido o vídeo.
\* \* \*

E aí Dória, e aí juiz, promotor? Liberando o celular, olha lá. Alguém pode mandar para o governador Dória? Para o secretário general de Segurança Pública, para o coronel Camilo, para Jesus Cristo? Quem sabe Jesus Cristo ajuda? Porque o resto, ninguém ajuda mesmo, talvez Jesus Cristo ajude.

Eu durmo o sono dos justos. Já mandei muitos desses aí para o quinto dos infernos. O que merece um desgraçado desse aí? Merece o que? Senhor promotor, merece o que, Sr. Juiz, um cara desse? O que merece? E eles estão fazendo isso nas ruas de São Paulo, automaticamente, é normal isso. Enquadrando o cidadão de bem, como se fosse um cidadão bandido. Ninguém se sente envergonhado disso?

Hein, Dória? Acorda, governador! Ninguém sente vergonha? Sei lá... Os comandos... Eu não consigo entender mais nada. É isso. É daí para pior, porque é daí para pior. Vou repetir uma coisinha simples, aqui nesses três minutos que me faltam, nobre deputada Adriana Borgo, que sempre defende os policiais militares. Fazer a Polícia parar é fácil. É só falar para o cara: “não faz nada, fica aí na sua, policial civil”.

Vai arrumar zica para quê? Você vai perseguir um carro roubado para você bater o carro, você morrer na batida? Você vai trocar tiro com o bandido para o cara te acertar? Não chega lá.

Vai para casa, cuidar da sua mulher, porque isso aí qualquer um faz. Comandante que chega no final de semana, sexta-feira, e fala: “Estou indo para a praia, não quero saber de confusão”. E o policial sabe que não é para arrumar ocorrência, ele não vai arrumar ocorrência nenhuma. Isso é fácil, qualquer um faz.

Eu quero ver fazer como eu e meus companheiros da Rota, que estavam comigo hoje. Hoje, é lógico, o tempo passando, estamos baqueados, todos nós, mas, naquele tempo, não tinha isso, não.

Pelo amor... Quando que um bandido fazia isso? A gente ia caçar o cara, ia buscá-lo no braço, debaixo da saia da mãe dele. Se ele vinha em pé ou deitado era problema dele, mas que ele vinha, ele vinha.

É uma vergonha para quem for dessa área aí, que acho que é zona norte de São Paulo, assistir isso aí. Ficam assistindo, acham engraçado. O cara matar policial, atacar policial, nem dormir a gente dormia. Se matava um policial, meu, civil, militar... Está aí o meu livro “Matar ou Morrer”, que foi o mesmo livro em resposta ao do Caco Barcellos.

Está aí, é o mesmo livro que respondeu ao Caco Barcellos. Não teve um caso com um policial meu, policial civil ou militar, que não fui buscar o bandido com a minha tropa. Se ele vinha em pé ou deitado era problema dele.

Agora, assistir a um negócio desses? Um cidadão de bem ser escrachado, chamado de vagabundo, de filho disso, daquilo e o bandido tranquilamente e ninguém faz nada? “Não, tudo bem...” Se liga para a polícia: “Sabe o que é? Nós já fizemos aqui, fizemos três operações aqui, fizemos não sei o quê...”. É como se nada tivesse acontecido.

Então, meus companheiros de Rota, que estávamos juntos hoje, responderam a tantos e tantos processos, mas, na nossa época, bandido não se criava, não. Bandido não escalava pai de família para estuprar a filha dele, não. Não fazia isso, não. Tenha certeza de que não fazia.

Isso é um absurdo, o que está acontecendo. Não é problema de partido político, de esquerda, de direita, não é nada disso. Aliás, esse sempre foi o meu discurso aqui durante trinta anos. Isso é o fim do mundo, dói na alma da gente.

Os bandidos fazendo isso aí e o Dória está lá mandando a Bia entregar o salário dele. Governador Dória, com o que você ganhar por mês, você pode jogar a sua casa e pegar outra. Grande porcaria o seu salário, para você. Não adianta nada, o que tem que fazer é trabalhar.

Você que é da Segurança Pública... Secretário. Uma contidência para o senhor. O senhor só quer continência, mas tem que pegar bandido também. Coronel Camilo, nosso amigo, e aí? Foi vereador conosco, foi amigo nosso, e aí, coronel? Vai ficar assistindo essas coisas todas aí? E o delegado-geral? Ou a poli-

cia não é para trabalhar mesmo? Deixa correr para os bandidos fazerem o que querem?

Isso é um terror, é uma coisa de outro mundo. Isso é uma vergonha para a gente, para nós, policiais. Estou falando como policial, não estou falando de partido político. Falo como policial. Tratam a polícia de uma forma e deixam a sociedade à mercê dos bandidos?

Volto a dizer: quando vocês prejudicam o policial, vocês não estão prejudicando a polícia, o policial. Vocês estão prejudicando a sociedade. Quem vai sofrer é a sociedade. Quem vai sofrer com isso é a sociedade. Os baixos salários, quem sofre é a sociedade. O policial está com câmera para proteger a vida do bandido e quem vai sofrer é a sociedade. Tenha certeza disso. É a sociedade que paga, não é o policial, não.

Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PSL - Nós que agradecemos, Sr. Deputado. Sigo aqui com a lista de oradores inscritos chamando à tribuna o deputado Alex de Madureira. (Pausa.) Deputado Sargento Neri. (Pausa.) Deputado Gil Diniz. Vossa Excelência vai fazer uso da palavra? Vossa Excelência tem o prazo regimental de dez minutos.

O SR. GIL DINIZ - SEM PARTIDO - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, presidente, deputada Janaina Paschoal, boa tarde aos deputados presentes aqui ao Grande Expediente, deputada Adriana Borgo, deputado Conte Lopes, deputado Professor Walter Vicioni. Acertei? Boa tarde também. Boa tarde aos nossos assessores, aos policiais militares e civis e a quem nos acompanha pela Rede Alesp.

Presidente, subo a esta tribuna para falar novamente, para me manifestar contrariamente à implementação da CPI da Prevent Senior neste parlamento. Ontem, fizemos mais uma vez obstrução a esse, eu diria, quarteto amoroso neste plenário, que é PT, PSOL, PSDB e Partido Novo. O Partido Novo empenhado em destruir a Prevent Senior. “Ah, não, a gente só quer investigar.” Investigar o quê? Vão querer investigar a autonomia médica.

Hoje, Conte, eu vi algumas cenas interessantes de vereadores do Partido Novo. Saíram na porrada na Câmara Municipal ontem na discussão da reforma do funcionalismo.

Aí eu fui pesquisar, professor Walter Vicioni, o motivo pelo qual as vereadoras saíram literalmente, Conte, na porrada. Foi porque o partido tinha um tempo de tribuna, e elas não dividiram o tempo corretamente. Meu Deus do céu.

É esse o partido do João Amoêdo, que todo dia, Conte, está “cornetando” o presidente, criticando o presidente, dizendo como o presidente deveria governar. João Amoêdo que perdeu nas urnas para o Cabo Daciolo - com todo respeito ao Cabo Daciolo. São essas pessoas que querem governar o nosso País. Duas vereadoras saindo no tapa. Uma vereadora lá mostrando os hematomas.

E parece, deputada Janaina, que uma das vereadoras se diz pré-candidata a senadora por São Paulo, meu Deus do céu. Cenas grotescas, cenas bizarras, cenas ridículas. Mas aquilo, a gente nunca chegou... Olha que aqui nós discutimos, e discutimos bem. Nós nunca chegamos a esse ponto. O mais próximo daquilo ali, nesta Casa, foi o deputado Teonílio Barba com o deputado Arthur do Val.

Meu Deus do céu. São essas pessoas que querem dar lição de moral no presidente da República, que dizem como o presidente da República tem que fazer a gestão do nosso País, deputada Janaina. Eles não conseguem dividir o tempo de tribuna e depois saem aos socos, saem na porrada. Duas mulheres ali no Parlamento.

Estou esperando aqui os meus amigos do Partido Novo para, sei lá, tomarem um lado. Qual é o lado que o Amoêdo vai tomar nessa discussão? Vai ficar do lado de quem, da Janaina Lima ou da Cris Monteiro?

Ou ele vai ficar, sei lá, do lado da briga, já que ele é “isenção”? Gostaria de convidar meus amigos do Partido Novo aqui para nos explicarem, nos justificarem aqui o motivo da troca de socos, da pancadaria que aconteceu ontem no plenário, Conte, da Câmara Municipal da Cidade de São Paulo.

Eu estive ontem com Roberto Motta, um amigo do Rio de Janeiro. Ele lançou seu livro aqui na cidade de São Paulo. Está rodando por várias cidades. O título do livro, deputada Borgo, é “Os Inocentes do Leblon”. Ele foi um dos fundadores do Partido Novo. E ele narra no livro - estou lendo - o modus operandi de algumas lideranças, de como subverteram a ideia inicial desse partido.

Então, com todo respeito aos nossos amigos aqui - gosto muito de todos eles, Ricardo Mellão, Heni, Sergio Victor, Daniel José -, olha, manda um recado lá para o Amoêdo: vocês não conseguem nem dividir um tempo de tribuna, quicá gerir um orçamento como o orçamento do governo federal.

Amoêdo não tem moral nenhuma para dar lição no presidente Jair Messias Bolsonaro. Fiquem aí na insignificância que é esse tipo de política. É mole ser pedra, é fácil ficar dando pitaco o dia inteiro, tentando destruir quem quer construir alguma coisa.

Então, meu repúdio, presidente. Subi a esta tribuna para repudiar essas cenas bizarras protagonizadas por essas vereadoras na Câmara Municipal, que não brigavam por questões ideológicas, que não brigavam por estarem em lados opostos no Parlamento, já que estão dentro do mesmo partido. Mas brigaram por tempo de tribuna. Meu Deus do céu. Isso que é ser novo na política? Então, a gente precisa reconsiderar.

Algumas imagens, aqui, da Cris Monteiro. Olha os hematomas ali no pescoço dela. Foi o nível que chegou a política, ontem, na Câmara Municipal de São Paulo. Olha que horrível isso. Do mesmo partido, porque eu combinei... A briga foi a seguinte, Conte: eu combinei contigo que 10 minutos, cinco eram seus e cinco eram meus. Você não cumpriu comigo, você gastou seis minutos, e nós saímos na porrada porque você só deixou quatro para mim.

É ridículo um negócio desses. Parece piada, mas não é. Só que são essas pessoas, deputada Janaina, que querem nos dar lição de moral, são essas pessoas que estão na rede social o dia inteiro criticando Vossa Excelência.

São essas pessoas, como aquele candidato, candidato ao governo de São Paulo, dizem que tem uma pré-seleção no partido, o partido faz uma seleção, mas já sabiam quem seria o candidato, o Poit.

Menino jovem, bom, eu o admirava. Votou, Conte, uns dois, três anos. Votou, não, ele fazia vídeos. Ele era youtuber ali, interagia na rede social, Professor Walter, dizendo que era favorável ao voto auditável, à impressão do voto, como o presidente sempre defendeu.

Ele foi eleito, deputada Janaina, com essa pauta, defendendo essa pauta. Tem video dele, Conte, dizendo isso, dizendo que não é porque o presidente Bolsonaro, então candidato Bolsonaro, defendia essa pauta que a oposição deveria ser contrária, que nós deveríamos aprovar o voto auditável.

Ele foi eleito deputado federal. Quando ele teve a oportunidade de votar “sim” pelo voto auditável, o que ele fez, Conte? Ele votou “não”, ele mudou de ideia. “Não, o sistema está muito bom”. Ora, repito, são essas pessoas que querem nos dar lição de moral todo dia? “Olha, vocês fazem parte da velha política.”

Eu falei ontem aqui, era piada, mas é verdade. “Gil Diniz, dia 22 você vai abraçar o Valdemar Costa Neto, presidente do PL.” Eu disse que eu prefiro muito mais apertar a mão do Valdemar Costa Neto do que do João Amoêdo, que, guardadas as devidas proporções, o Amoêdo, hoje, a Valdemar amanhã.

É um cara que quer mudar um partido, que se acha dono de uma legenda partidária, que vive de tentar destruir o presidente da República em tudo o que faz, em tudo o que faz. Nem os seus correligionários o suportam mais. Muitas lideranças desse partido têm abandonado.

Eu sinto aqui dos nossos deputados o desconforto também de estar nessa legenda. Então, a crítica não é para nossos pares aqui, muito embora eu gostaria de ouvir os comentários deles

sobre esse tipo de política, a política da divisão de tempo na tribuna, porque é muito mole, é muito mole passar o dia inteiro em suas redes sociais acabando com o presidente, porque o presidente é grosso, ele fala de uma maneira não tão polida. Você imagina o presidente dar um tapa na orelha de alguém, o que acontece? Essa galera vem abaixo, vem abaixo.

Então, meu repúdio aqui a essas cenas grotescas, à Câmara Municipal de São Paulo, e meus parabéns ao Roberto Motta, que lançou esse livro. Convido todos a lerem aí “Os inocentes do Leblon”.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PSL - Nós agradecemos, Sr. Deputado. Sigo aqui com a lista dos oradores inscritos no Grande Expediente. Deputado Luiz Fernando. (Pausa.) Deputado Rodrigo Gambale. (Pausa.) Deputado Vinicius Camarinha. (Pausa.) Deputada Analice Fernandes. (Pausa.) Nobre deputado Professor Walter Vicioni. Vossa Excelência tem o prazo regimental de 10 minutos.

O SR. PROFESSOR WALTER VICIONI - MDB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nossa presidente, deputada Janaina Paschoal, a debandada dos profissionais do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos do MEC, que recebe o nome de um grande educador, Anísio Teixeira, me estimulou muito a retomar aos meus escritos e reflexões.

A educação nacional encontra-se em persistente e grave crise, eu diria até mesmo em decadência. Para agravar esse quadro, três problemas tornam-se cada vez mais preocupantes.

Um deles refere-se ao acúmulo e ampliação das funções do MEC em aparelhamento que reproduz e justifica um perverso centralismo burocratizante. Outro problema sério é o descolamento da política educacional em relação às demais políticas, em especial as econômicas.

Além disso, é preciso promover uma profunda mudança na anacrônica organização da educação nacional. Um balanço da educação pública feito em 1932, encaixado como luva nos dias atuais, mostrava que “desassociada sempre às reformas econômicas e educacionais que era indispensável entrelaçar e encadear, dirigindo-as no mesmo sentido todos os nossos esforços sem unidade de plano e sem espírito de continuidade, não lograram ainda criar um sistema de organização escolar à altura das necessidades modernas e das necessidades do País, tudo fragmentado e desarticulado”.

Esse diagnóstico fez parte do manifesto dos pioneiros da educação nova, lançado por um grupo de intelectuais e conceituados educadores que teve, e ainda tem, importante papel nos estudos sobre o que deve ser a educação brasileira. Aponta problemas que até hoje persistem, entre eles a histórica e permanente tendência para o centralismo administrativo.

Nesse sentido, o manifesto adverte que “organização da educação brasileira unitária, sobre a base e os princípios do estado, no espírito da verdadeira comunidade popular e no cuidado da unidade nacional, não implica um centralismo estéril e odioso, ao qual se opõe as condições geográficas do País e a necessidade de adaptação crescente da escola aos interesses e às exigências regionais. Unidade não significa uniformidade, a unidade pressupõe multiplicidade”.

Passados mais de 85 anos do lançamento do manifesto, que balanço podemos fazer da organização da educação nacional e do papel do MEC? A Constituição Federal e, coerentemente, a legislação educacional, apontam um viés descentralizador. Apesar disso, observa-se um crescente centralismo das decisões no âmbito federal.

Nos últimos 30 anos foi praticamente alcançada a prioridade nacional de universalização do ensino fundamental. A essa meta quantitativa de acesso, no entanto, não correspondeu a dimensão qualitativa de permanência, progressão e conclusão na idade própria, com padrões avançados de qualidade de ensino e aprendizagem.

Nesse assunto o MEC tem mais atrapalhado do que ajudado. Para suprir a falta de professores preparados, destinam-se recursos para estimular a criação de vagas em cursos de pedagogia e licenciaturas, entretanto, não se exige da faculdade atender a requisitos que, certamente, garantiriam a melhoria do desempenho do futuro docente. Uma falha gritante é exatamente a ausência de prática de ensino durante a sua formação.

Uma solução seria a exigência de manutenção de escola de aplicação junto a cada faculdade, onde os futuros professores tivessem reais condições da prática profissional. O custo das ações sem o correspondente aumento da qualidade leva a um desperdício de recursos públicos e a uma descrença da população quanto à melhoria da educação pública. Há, conseqüentemente, um alto preço pago pela economia do País.

Quanto à organização da educação nacional, não se pode continuar com o mesmo arranjo vertical da escola. A movimentação temporal dos alunos, desde o início até o final do curso, atualmente efetivado por um regime de aprovação ou reprovação em série ou anos letivos e com o mesmo arranjo horizontal, ou seja, organização dos alunos em classe fixa, a distribuição espacial dos alunos por classe, por disciplina ou por componente curricular.

É preciso ousar para criar um novo sistema que repense desde a concepção de um Ministério da Educação até a desmontagem de uma arcaica estrutura e de um emperrado funcionamento do ensino brasileiro. Não se pode continuar com as mesmas estratégias e esperar melhores resultados.

No que se refere ao órgão central da Educação, diferentes nações encontram diferentes soluções. O Canadá, por exemplo, não tem ministério ou departamento central da Educação. Ao invés disso, cada uma das 13 jurisdições, dez províncias e três territórios mantêm seu próprio Ministério da Educação. A coordenação entre o governo federal e as jurisdições é efetivada por meio de um conselho de ministros da Educação do Canadá.

Na Finlândia, a Educação Básica fica a cargo dos municípios. O governo central é responsável pela definição de políticas públicas nacionais, pela legislação e pela coordenação do financiamento da Educação.

Nos Estados Unidos, o departamento de Educação é o menor dos ministérios do governo americano e cumpre um papel totalmente diferente do correspondente brasileiro, pois naquele país a Educação é, de fato, descentralizada. O departamento central limita-se a definir políticas nacionais e a promover a igualdade de oportunidades.

Na Alemanha, a responsabilidade original pela Educação é atribuída aos 16 “länder”, ou estados, que mantêm seus próprios ministérios da Educação. O governo federal está presente na promoção de novos programas, especialmente em matemática e educação científica, mas desempenha um papel no financiamento global da Educação.

Em 1964, sem qualquer orientação a partir do governo central, os “länder” assinaram um acordo que garante uniformidade na estrutura básica da Educação alemã. Os assuntos de importância nacional são, portanto, coordenados pela conferência dos ministros da Educação e dos assuntos culturais.

O Brasil precisa urgentemente avaliar e rever o papel e a presença do MEC. Faz todo o sentido dentro do princípio federativo e do atendimento real às demandas locais e regionais transferir competências e atribuições atualmente exercidas pelo MEC para os sistemas estaduais e municipais.

Vê-se, pois, que é perfeitamente possível reduzir e simplificar drasticamente as funções atuais no MEC, que se limitaria, com uma estrutura muito enxuta, a continuar realizando avaliação educacional e coordenação das políticas e do sistema de ensino. Caberia também repensá-los, de tornar válida a hipótese do desaparecimento do MEC. Ou muda o papel ou desaparece.

Entre as inúmeras causas da crise educacional brasileira e da sua decadência, sem dúvida, destaca-se a presença desnecessária, dispendiosa e perturbadora de um órgão central para

essa área no governo federal. O MEC, na configuração atual, é o retrato perfeito e acabado da hipertrofia do Estado brasileiro.

Era isso o que eu tinha a dizer.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PSL - Obrigada, Sr. Deputado. Vamos seguir com a lista dos oradores inscritos. A próxima já é Vossa Excelência.

A SRA. ADRIANA BORG0 - PROS - Vou falar pelo oitenta e dois.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PSL - Vossa Excelência vai falar pelo 82 ou pelo Pequeno Expediente? Vou seguir com a lista aqui e chamo V. Exa. pelo Grande Expediente. Então vamos lá. Só pelo oitenta e dois? Então eu vou suspender a leitura da lista do Grande Expediente e dou a palavra a V. Exa. por cinco minutos, pelo Art. 82.

A SRA. ADRIANA BORG0 - PROS - PELO ART. 82 - Boa tarde a todos. Gostaria de que a mesa de som soltasse o vídeo, por gentileza.

Ontem nós tivemos, aqui na Casa, um evento dos profissionais de Segurança Pública, a maioria, policial militar, que foram injustiçados e demitidos, exonerados das suas instituições injustamente.

Aqui na Casa tramita a PEC do deputado Campos Machado, com minha coautoria, com a participação também do Conte Lopes, e de muitos outros deputados, que brigam para fazer valer a Constituição Estadual. A gente não quer bandido de volta na Polícia, mas tem muitos casos em que esses policiais se envolveram em ocorrência, foram absolvidos em suas instâncias, e no administrativo foram demitidos.

Conte Lopes, em 88, criou essa Constituição. Era para ter sido diferente de lá para cá, mas infelizmente não temos um governador e um governo firme, que goste do funcionalismo público, que goste da Segurança Pública, que entenda que o último elo entre o bem e o mal são os profissionais de Segurança Pública, os policiais militares, civis, Polícia Penal e Polícia Técnico-Científica. Solte, por favor.
\* \* \*

- É exibido vídeo.
\* \* \*

Muito obrigada. Eu quero agradecer ao nosso sempre governador Márcio França, que encampou essa luta, esse compromisso de apoio, para que essas injustiças sejam refeitas. Ele tem palavra, diferente desse governador que está no estado de São Paulo. Agradecer também aos Policiais para Sempre, ao Cinza Bandeirante, ao grupo de pastores que promoveu um clamor pela PEC 06.

Venho pedir a todos os deputados que nos apoiem, àqueles que ainda não se mostraram solícitos e não assinaram a coautoria, para que se engajem nesse projeto. É um projeto que vem evitar que outros policiais que se envolveram em ocorrência ou que se envolveram em alguma ocorrência com um fim meio de letalidade... Enfim, que seja feita justiça e que a palavra do político seja mantida, tenha poder, acima do poder de bandido. Muito obrigada a todos, fiquem com Deus.

A SRA. ADRIANA BORG0 - PROS - Pela ordem, Sra. Presidente. Eu peço o levantamento da presente sessão.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PSL - É regimental. Cumprimento V. Exa. pelo exemplo de ontem. Reitero que sou favorável à pauta. Conte com o meu apoio.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo de lide-ranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Desejo a todos um excelente fim de tarde. Até amanhã, não mesmo horário. Está levantada a presente sessão.
\* \* \*

- Levanta-se a sessão às 16 horas e 26 minutos.
\* \* \*

## 12 DE NOVEMBRO DE 2021 64ª SESSÃO ORDINÁRIA

<p>Presidência: JANAINA PASCHOAL, CARLOS GIANNAZI e GIL DINIZ</p>
---

### RESUMO

<p>PEQUENO EXPEDIENTE</p> <p>1 - JANAINA PASCHOAL</p> <p>Assume a Presidência e abre a sessão.</p> <p>2 - CARLOS GIANNAZI</p> <p>Tece críticas à resolução publicada pela Secretaria de Educação que prejudicaria os alunos do EJA. Solicita revisão ou revogação da medida. Faz leitura de convocação de gestores de escolas públicas para participação em evento convocado pela Secretaria da Educação. Questiona se tal evento não tem como finalidade a realização de propaganda eleitoral.</p> <p>3 - GIL DINIZ</p> <p>Afirma que participará de evento conservador, a ser realizado nesse fim de semana, em Santa Catarina. Comunica visita à cidade de Miracatu. Comemora o crescimento de movimentos conservadores no País.</p> <p>4 - CARLOS GIANNAZI</p> <p>Assume a Presidência.</p> <p>5 - JANAINA PASCHOAL</p> <p>Solicita a divulgação das datas de inauguração das AMEs de Avaré e Taubaté. Pede informações mais precisas a respeito da transformação do Hospital de Clínicas de Bauru em hospital geral. Mostra-se contrária à instauração do "passaporte de vacinação" em Campinas e São Roque. Relata ter recebido denúncia de que escola particular estaria exigindo comprovante de vacinação para entrada dos alunos.</p> <p>6 - GIL DINIZ</p> <p>Assume a Presidência.</p> <p>7 - CARLOS GIANNAZI</p> <p>Discorre a respeito da falta de infraestrutura do Vale do Ribeira. Crítica portaria que faz mudanças na atribuição de aulas nas escolas públicas. Diz que a portaria citada retira a autonomia dos professores. Solicita sua alteração ou revogação. Destaca a necessidade de aprovação do PLC 22/20. Solicita a votação de urgência do PLC 37/21.</p> <p>8 - JANAINA PASCHOAL</p> <p>Assume a Presidência.</p> <p>9 - GIL DINIZ</p> <p>Faz leitura de relato de funcionário público da cidade de São Roque, que estaria impedido de trabalhar por não ter se vacinado. Lê relato de mãe que critica a necessidade do "passaporte de vacinação" para adentrar na formatura de seu filho. Tece críticas às imposições citadas. Não ter conseguido participar de evento na Sala São Paulo, já que o local exige o comprovante de vacinação.</p> <p>10 - PRESIDENTE JANAINA PASCHOAL</p> <p>Faz leitura de moção da cidade de Cordeirópolis, que solicita atendimento aos moradores do local pelo Detran. Discorre sobre dificuldades de emissão de documentos no estado.</p> <p>11 - GIL DINIZ</p> <p>Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.</p> <p>12 - PRESIDENTE JANAINA PASCHOAL</p> <p>Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 16/11, à hora regimental, com Ordem do Dia. Levanta a sessão. * * *</p> <p>- Assume a Presidência e abre a sessão a Sra. Janaina Paschoal. * * *</p> <p>- Passa-se ao</p>
--